



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 441/2026

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando o direito à educação, à igualdade de condições de acesso e permanência na escola e ao atendimento especializado quando necessário.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), disciplinando a educação especial e assegurando o atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva.

Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo metas para a universalização da educação inclusiva e para a formação dos profissionais da educação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Federal nº 13.652, de 13 de abril de 2018, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.

Lei Federal nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Constituição do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 15.830, de 15 de junho de 2015, que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista e incentiva ações voltadas à inclusão social e educacional.

Lei Estadual nº 16.756, de 8 de junho de 2018, que institui a Política Estadual de Incentivo à Formação Continuada de Profissionais da Educação para o Atendimento à Educação Inclusiva.

Lei Estadual nº 17.158, de 18 de setembro de 2019, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 18.398, de 7 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre medidas de apoio a estudantes com Transtorno do Espectro Autista, incluindo adaptações sensoriais.

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 10.832, de 5 de janeiro de 1990, que determina tratamento prioritário às pessoas com deficiência física.

Lei Municipal nº 11.315, de 21 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente (CMPD) e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.326, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.

Lei Municipal nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.556, de 8 de janeiro de 1998, que institui o Programa de Saúde Auditiva para crianças no Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.671, de 14 de janeiro de 2008, que cria o Programa Municipal de Reabilitação da Pessoa com Deficiência Física e Auditiva.

Lei Municipal nº 15.409, de 11 de julho de 2011, que estabelece diretrizes a serem observadas na formulação da Política Municipal de Atendimento às Pessoas com Transtorno Invasivo do Desenvolvimento – Autismo.

Lei Municipal nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo, estabelecendo metas e estratégias voltadas à educação inclusiva, à acessibilidade e à formação continuada dos profissionais da educação.

Lei Municipal nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, que dispõe sobre a política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

Lei Municipal nº 17.753, de 24 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a criação de um complexo de referência e atendimento especializado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pessoas com Síndrome de Down.

Lei Municipal nº 17.872, de 28 de dezembro de 2022, que institui o Programa de Atendimento Educacional Especializado para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos educandos com transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares nas instituições públicas e privadas de ensino do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.078, de 11 de janeiro de 2024, que obriga a aplicação do questionário M-CHAT para o rastreamento de sinais precoces do autismo durante atendimentos em unidades de saúde públicas e privadas no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.106, de 26 de abril de 2024, que altera a Lei nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, para autorizar a celebração de convênios ou parcerias destinados à capacitação técnica e ao treinamento de servidores públicos do Município de São Paulo para o atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Lei Municipal nº 18.213, de 27 de dezembro de 2024, que denomina "Centro Municipal para Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo Dra. Marina Magro Beringhs Martinez" o 1º Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 18.253, de 22 de maio de 2025, que institui o "Cantinho do Acolhimento", consistente em espaços reservados para pessoas neurodivergentes nos estabelecimentos públicos e privados.

PL 496/2026 Dispõe sobre a criação do Protocolo 'Escola Viva' para a inclusão e adaptação ambiental para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras Necessidades Educacionais Especiais (NEEs)

PL 455/2026 Institui o Parlamento Inclusivo no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo e dá outras providências

PL 453/2026, que institui a política de disponibilização de atendimento psicopedagógico nos equipamentos públicos da Rede Municipal de Ensino, visando à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem, transtornos do neurodesenvolvimento e ao acompanhamento especializado dos estudantes.

PL 375/2026 Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de salas sensoriais em creches públicas e creches credenciadas, destinadas ao atendimento de crianças neurodivergentes, e dá outras providências.

PL 351/2026 Estabelece diretrizes para o fomento da prática de Jiu-Jitsu e artes marciais no contraturno das escolas públicas municipais, institui o Programa "Tatame Cidadão" como instrumento de promoção da saúde mental e inclusão de alunos com neurodivergentes, demais pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade social e dá outras providências.

PL 329/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Creches Especializadas para Atendimento à Pessoa Neurodivergente no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 328/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Atendimento Especializado à Pessoa Idosa Neurodivergente no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 312/2026 Cria a Plataforma Digital Municipal de Apoio às Mães e Famílias Atípicas (PAMFA) e dá outras providências.

PL 220/2026 Institui o "Espaço Sensorial Valentina Salmeron Barbosa dos Santos" nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) do Município de São Paulo, destinado ao acolhimento e regulação sensorial de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências.

PL 180/2026 Dispõe sobre o fornecimento de protetor auricular na rede municipal de saúde para as pessoas com transtorno do neurodesenvolvimento ou outras condições de hipersensibilidade auditiva e dá outras providências.

PL107/2026, que dispõe sobre a garantia de prioridade de permanência e continuidade dos estudos, na mesma unidade escolar da Rede Municipal de Ensino,



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando a continuidade do atendimento educacional e do vínculo escolar.

PL 96/2026 Autoriza que os centros TEA forneçam atendimento as pessoas portadoras da Síndrome de Rett, além das pessoas com Transtornos de Neurodesenvolvimento.

PL 23/2026 Dispõe sobre a concessão de passe livre no transporte coletivo municipal às mães e pais atípicos em situação de baixa renda e dá outras providências.

PL 2/2026 Dispõe sobre a oferta de alimentação diferenciada a crianças e adolescentes com intolerância à lactose, restrições alimentares e condições atípicas no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino e dá outras providências.

PL 1/2026 Institui a gratuidade no sistema de transporte público municipal para mães, pais ou responsáveis legais que comprovem exercer cuidados diretos e permanentes a pessoas com deficiência (PCD) ou com transtornos do neurodesenvolvimento, inclusive o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

PL 1541/2025 Dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Triagem e Acompanhamento Auditivo Infantil (PMTAAI) nas creches públicas e conveniadas do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1351/2025 Dispõe sobre a criação de salas sensoriais nas escolas municipais da cidade de São Paulo, para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA e outras condições neuroatípicas, e dá outras providências.

PL 96/2026 Autoriza que os centros TEA forneçam atendimento as pessoas portadoras da Síndrome de Rett, além das pessoas com Transtornos de Neurodesenvolvimento.

PL 12/2026 Institui diretrizes para o incentivo à utilização da Musicoterapia como tratamento terapêutico complementar na rede de saúde e de assistência social do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1442/2025 Estabelece a obrigatoriedade de programas de formação continuada periódica para os profissionais das unidades de educação infantil municipais, contemplando temas relacionados ao neurodesenvolvimento infantil, inclusão, prevenção de violência e práticas pedagógicas atualizadas.

PL 1441/2025 Dispõe sobre a criação dos 'Espaços Brincar' em praças, parques públicos e unidades educacionais do Município de São Paulo, destinados à instalação de áreas de lazer acessíveis, seguras e inclusivas para crianças, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 1405/2025, que institui o Programa Professor de Inclusão Individual, destinado ao atendimento educacional personalizado de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e outras condições que demandem acompanhamento pedagógico especializado, estabelecendo diretrizes para a disponibilização de profissional de apoio, plano individual de atendimento e formação específica dos profissionais da educação.

PL 1372/2025 Proíbe a cobrança de taxa de reserva, sobretaxa ou quaisquer valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade de pessoas com deficiência e com transtornos do desenvolvimento, incluindo estudantes com Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista (TEA), transtornos invasivos do desenvolvimento ou outras síndromes diagnosticadas.

PL 1367/2025 Institui o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Produtiva de Pessoas Neurodivergentes no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1333/2025 Fica o Executivo autorizado a instituir, no âmbito do Município de São Paulo, a obrigatoriedade da disponibilização de meios de Comunicação Aumentativa e Alternativa.

PL 1321/2025 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal LINCA-TEAN– Linha de Cuidado Integral em Atenção Primária à Saúde das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais Transtornos do Neurodesenvolvimento, e dá outras providências.

PL 1227/2025 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, os Centros de atenção Psicossocial Especializados para Pessoas Atípicas (CAPS-PA), e dá outras providências.

PL 1137/2025 Institui garantias à criança com deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento no ambiente escolar do Município de São Paulo.

PL 1153/2025 Institui o Programa SINAIS – Sistema de Identificação e Apoio ao Autismo na Infância pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.

PL 1116/2025 Institui a Política Municipal de Diagnóstico Tardio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em adultos e idosos no Município de São Paulo, estabelecendo diretrizes para sua identificação, acolhimento e encaminhamento, e dá outras providências.

PL 1000/2025 Institui a Política Municipal de Diagnóstico Rápido e Desburocratizado de Transtornos do Neurodesenvolvimento na Rede Pública de Saúde e dá outras providências

PL 921/2025 Institui o Programa de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (PTVA-TEA) no Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 919/2025 Dispõe sobre a instituição da "Rota Inclusiva" no Município de São Paulo, consolidando e ampliando diretrizes para a garantia do acesso prioritário e qualificado a terapias multidisciplinares, a inclusão escolar efetiva, o apoio integral às famílias atípicas e a informação sobre direitos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências e institui a coleta de dados para implementação de políticas públicas baseadas em evidências

PL 850/2025 Institui o "Portal TEA" no âmbito do Município de São Paulo dá outras providências.

PL 732/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Centros de Tratamento de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Município de São Paulo a dispor sobre o laudo de diagnóstico precoce, visando melhor resultado do tratamento, e dá outras providências.

PL 230/2025 Dispõe ao poder público, do estabelecimento para que as salas utilizadas para sessões de terapias e fisioterapias no tratamento de pessoas com o transtorno do espectro autista, deficiência intelectual e múltipla sejam fechadas com vidro ou algum meio que facilite o acompanhamento, sem atrapalhar as sessões, e dá outras providências.

PL 359/2024 Institui o Código Municipal da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, dando ainda outras providências.

PL 480/2023 Autoriza o Executivo a criar Centros de Referência Especializados no Atendimento Integral às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista na Cidade de São Paulo.

PL 582/2021 Dispõe sobre a implantação da Casa do Autista no Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 04 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068